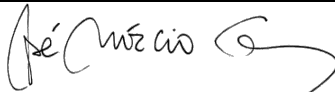




Proposição: PLEI - PROJETO DE LEI
Número: 000064/2026

OBJETO DE DELIBERAÇÃO ÀS COMISSÕES TÉCNICAS
Em: 09/02/2026

José Márcio Lopes Guedes
PRESIDENTE

Regulamenta a fiscalização, a notificação e a aplicação de penalidades no uso do estacionamento rotativo (Área Azul) no Município de Juiz de Fora, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Juiz de Fora aprova:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos de fiscalização, notificação, orientação educativa e aplicação de penalidades relacionadas ao uso do estacionamento rotativo (Área Azul) no Município de Juiz de Fora, com vistas a assegurar transparência, segurança jurídica e caráter educativo à política pública de mobilidade urbana.

Art. 2º A constatação de infrações relativas ao uso do estacionamento rotativo somente poderá ocorrer em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro e com as Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, mediante:

- I - atuação de agentes da autoridade de trânsito legalmente competentes; ou
- II - utilização de equipamentos ou sistemas eletrônicos de fiscalização devidamente regulamentados, homologados e autorizados pelos órgãos competentes, nos termos da legislação federal vigente.

§ 1º A fiscalização por meio eletrônico deverá observar, obrigatoriamente, os requisitos técnicos, operacionais e procedimentais previstos na legislação do CONTRAN, inclusive quanto à aferição, validação, transparência e confiabilidade dos registros.

§ 2º Fica vedada a lavratura de autos de infração com base exclusiva em fotografias, vídeos ou quaisquer imagens produzidas ou encaminhadas por terceiros que não integrem o sistema oficial de fiscalização, nos termos da legislação de trânsito.

§ 3º Considera-se sistema eletrônico regular aquele que permita a verificação da infração de forma objetiva, auditável e em conformidade com as normas do CONTRAN e do órgão executivo de trânsito competente.

Art. 3º Na primeira constatação de irregularidade vinculada a determinado veículo no uso do estacionamento rotativo, deverá ser adotada medida de caráter educativo, consistente em:

- I - envio de notificação ao proprietário do veículo, com aviso de recebimento;
- II - orientação quanto às regras do estacionamento rotativo; e
- III - convite para cadastramento do veículo no sistema da concessionária ou do órgão municipal competente.

§ 1º Na primeira ocorrência, fica vedada a aplicação de multa.

§ 2º A notificação deverá conter informações claras sobre prazos, formas de regularização e canais de atendimento ao usuário.



Art. 4º Na segunda constatação de irregularidade, desde que o veículo esteja devidamente cadastrado, a empresa concessionária ou o órgão responsável pelo serviço deverá:

I - enviar mensagem por meio de aplicativo de comunicação instantânea, preferencialmente WhatsApp, ao número informado no cadastro;

II - conceder prazo adicional de **10 (dez) minutos de tolerância** para a retirada ou regularização do veículo.

§ 1º Durante o prazo de tolerância previsto no inciso II, fica suspensa qualquer medida punitiva.

§ 2º Somente após o decurso do prazo de tolerância poderá ser aplicada penalidade, caso persista a irregularidade.

Art. 5º A empresa concessionária ou o órgão responsável pelo serviço deverá promover ampla campanha educativa permanente, com divulgação, no mínimo:

I - das regras de uso do estacionamento rotativo;

II - dos direitos e deveres dos usuários;

III - dos procedimentos de notificação, tolerância e penalização previstos nesta Lei.

Parágrafo único. A campanha educativa deverá utilizar meios digitais, sinalização nas vias públicas e material informativo aos usuários.

Art. 6º A aplicação de multas relacionadas ao estacionamento rotativo somente poderá ocorrer após o cumprimento das etapas educativas previstas nos arts. 3º e 4º desta Lei, observadas as normas do Código de Trânsito Brasileiro e do CONTRAN.

Art. 7º Ficam canceladas todas as multas aplicadas nos últimos **12 (doze) meses** que tenham sido lavradas em desacordo com os procedimentos estabelecidos nesta Lei.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber, no prazo de até **90 (noventa) dias**, contados da data de sua publicação.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barbosa Lima, 8 de fevereiro de 2026.

Maurício Henrique Pinto de Oliveira Delgado
Vereador Maurício Delgado - REDE

